

O S C A N G A C E I R O S



Lampião e seu irmão, Antônio, em 1926

LUIZ BERNARDO PERICÁS

OS CANGACEIROS
ensaio de interpretação histórica

Copyright © Boitempo Editorial, 2010
Copyright © Luiz Bernardo Pericás, 2010

Coordenação editorial

Ivana Jinkings

Editora-assistente

Bibiana Leme

Assistência editorial

Ana Lotufo, Elisa Andrade Buzzo e Gustavo Assano

Preparação

Evandro Lisboa Freire

Revisão

Thaís Burani

Capa

Antonio Kehl

sobre foto de Corisco e seu bando. Da esquerda para a direita: Corisco, Dadá, Pancada, Maria, cangaceiro desconhecido, Velocidade, Atividade, dois cangaceiros desconhecidos, Roxinho.
(Foto: Benjamin Abrahão, 1936. Direitos: AbaFilm e Sociedade do Cangaço.)

Diagramação

Antonio Kehl

Produção

Paula Pires

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P519c

Pericás, Luiz Bernardo, 1969-

Os cangaceiros : ensaio de interpretação histórica / Luiz Bernardo Pericás. -
São Paulo : Boitempo, 2010.
il.

Apêndice

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7559-161-1

1. Cangaceiros - Brasil - História. 2. Brasil - Nordeste - Condições sociais.
I. Título.

10-2242.

CDD: 364.1066098132

CDU: 343.9.02(813.2)

14.05.1 20.04.10

019124

É vedada, nos termos da lei, a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

Este livro atende às normas do novo acordo ortográfico, com
exceção das citações e dos documentos, cuja grafia original foi mantida.

1ª edição: junho de 2010

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869
editor@boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.com.br

NOTA DA EDIÇÃO ELETRÔNICA

Para aprimorar a experiência da leitura digital, optamos por extrair desta versão eletrônica as páginas em branco que intercalavam os capítulos, índices etc. na versão impressa do livro. Por este motivo, é possível que o leitor perceba saltos na numeração das páginas. O conteúdo original do livro se mantém integralmente reproduzido.

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	9
Introdução	11
Teoria do banditismo social	25
Origens de classe e motivações para a entrada no cangaço.....	33
Mulheres e crianças dentro do cangaço	43
Relações sociais e estrutura dos bandos	51
<i>Caderno de imagens</i>	65
Aspectos militares de volantes e cangaceiros.....	81
Punições, torturas e a questão “racial” no cangaço	103
Secas e crises econômicas	135
Prestes, Lampião, o movimento operário e os comunistas	151
O cangaço entre o arcaico e o moderno	165
Conclusões	187
<i>Documentos</i>	195
<i>Notas</i>	233
<i>Siglas</i>	295
<i>Tabela de conversão de mil-réis em dólares</i>	297
<i>Bibliografia</i>	299
<i>Créditos das imagens</i>	317
<i>Sobre o autor</i>	319

*El espíritu de los hombres flota sobre la tierra
en que vivieron, y se les respira.*
José Martí

*I've found you've got to look back at the old things and
see them in a new light.*
John Coltrane

*A veces es necesario alejarse de las cosas, poner un mar
de por medio, para ver las cosas de cerca.*
Alejo Carpentier

AGRADECIMENTOS

Foram várias as pessoas que me apoiaram ou me auxiliaram, de diferentes maneiras, durante o processo de elaboração deste trabalho. Por isso, sem querer me estender aqui mais do que o necessário, gostaria de agradecer a meus pais e avós, Graziela Forte, Patrícia Murtinho Pericás, Paulo Ribeiro da Cunha, João José Reis, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Fabrizio Rigout, Werner Altmann, Osvaldo Coggiola, Antônio Rezk, Carlos Seabra, Lincoln Secco, Marcos Del Roio, Anita Leocádia Prestes, Marly de Almeida Gomes Vianna, Virgínia Fontes, Maria do Rosário Caetano, Kydelmir Dantas, José Menezes Gomes, Seth Garfield, Lúcio Villar, Jennifer Potter-Andreu, Jennifer Mailloux, Alexandre Linares, Bernardo Ricupero, Alexandre de Freitas Barbosa, Antonio Rodrigues Ibarra, Herbert Amaral, Paulo Barsotti, Ivana Jinkings, Clemencia Pericás, Ahmet Savas Gurkan, Expedito Correia, José Vieira Camelo Filho, Hugo Rodas, Antônio Abujamra, Gregório Bacic, Edgard Telles Ribeiro, Adélia Paiva, Mauro Azeredo, André Martins, José Sepulveda, José Carlos Pacini, Geraldo Ferraz de Sá Torres Filho, Raúl Antelo, Michael Löwy, Ayrton Fausto, Marco Fernandes Brige, Heloísa Fernandes, Ana Paula Sousa, João Alexandre Peschanski, Luiz Sérgio Henriques, Rodrigo Nobile, Ana Maria Straube, Brasília Carlos Ferreira, Michel Zaidan, Hugo Cortez, José Arbex, João Pedro Stedile, Jorge Pereira Filho, Roberto Massari, Antônio Amaury Correa de Araújo, Alberto da Costa e Silva, Marcelo Ridenti, Rubens Ricupero, Marisa Ricupero, Sérgio Augusto de Souza Dantas, Diogo Valença, Antonio Melis e Frederico Pernambucano de Mello.

INTRODUÇÃO

Muito já foi escrito sobre o cangaço, tema extensamente discutido e analisado por uma grande quantidade de autores. Boa parte das obras sobre o assunto, contudo, é de caráter basicamente narrativo. Escritas em linguagem quase literária (e, por vezes, preconceituosa) ou então para justificar certos posicionamentos políticos, nem sempre poderiam ser caracterizadas como “estudos” ou investigações mais sofisticadas. Ou seja, alguns desses textos – muitos dos quais biografias ou esboços biográficos –, ainda que, sem dúvida, interessantes do ponto de vista histórico, não citam fontes e utilizam determinados termos para descrever os cangaceiros que, em grande medida, seriam inaceitáveis na atualidade.

Um dos mais conhecidos exemplos disso é Ranulfo Prata, autor de *Lampeião* (1933). De acordo com o médico sergipano, o “governador do sertão” seria um “sátiro, dominado de supersexualismo, denunciador de desequilíbrio somático evidente”¹, assim como um homem cruel, vaidoso e religioso². Seu retrato de Virgulino Ferreira e de outros bandoleiros foi elaborado a partir de descrições e depoimentos de terceiros que, supõe-se, tiveram contato com ele. Prata, filho de um “coronel”, *nunca* se encontrou em pessoa com o “governador do sertão” e escrevia do ponto de vista da defesa da legalidade.

Lampeião, sua história, de Êrico de Almeida (1926), é outro caso emblemático. O jornalista paraibano dedica um capítulo inteiro para elogiar de maneira desmedida e laudatória o “honrado”, “íntegro”, “justiceiro”, “generoso”, “leal”, “firme”, “bravo” e “enérgico” presidente do estado João Suassuna, homem que não economizava esforços nem sacrifícios para lutar contra o banditismo no sertão. Esse político seria, nas palavras de Almeida, um “titã”, com inteligência, caráter e operosidade de “brilho incomparável”. Nesse livro, aparentemente encomendado por Suassuna e financiado pelo deputado José Pereira Lima, o autor ainda diz que

o perfil daquele “insigne estadista” reproduzia um herói de Plutarco, inacessível à dissolução moral de sua época: por isso, a confiança do povo naquele político seria ilimitada³. Virgulino Ferreira, por sua vez, seria um “superbandido”, que nasceu e viveu para os crimes mais hediondos. Ele matava por esporte, roubava por devoção, desonrava para humilhar e incendiava para se divertir⁴.

Mas existe também o caso inverso. Sempre houve aqueles que fizeram apolo-
gias desmesuradas ao criminoso. Entre eles, Eduardo Barbosa, em *Lampião, rei do cangaço*, uma narrativa romanceada, igualmente tendenciosa, mais próxima da fábula que da realidade⁵. O cronista, de modo diferente dos autores supracitados (baseado quase por completo em “causos”, histórias populares, supostas conversas com bandoleiros e apenas sete livros), excede-se nas louvações e não se cansa de insistir nas qualidades do salteador. Diz ele que:

Todos nós temos o nosso lado bom e nosso lado mau. No Rei do Cangaço, triunfou o lado bom, depois de conhecer Maria Bonita. Assim, podemos afirmar que Lampião foi nosso Robin Hood ou o Dick Turpin das picadas do sertão. Contra todas as afirmações contrárias, aí estão as inúmeras canções, poemas e lendas sertanejas que imortalizam Lampião como o protetor dos humildes e desamparados.⁶

Em outro trecho típico, desta vez sobre a entrada de Virgulino em uma cidade do interior, afirmava que

o povo – os humildes que o amavam e que viam na sua imponente figura o defensor dos seus direitos contra as injustiças dos coronéis e políticos influen-
tes, atraídos pela algazarra da molecada – correu às ruas aclamando em altos
brados seu ídolo.⁷

O que se pode perceber é que livros como esses, certamente escritos num con-
texto muito específico e que representam, de certa forma, “documentos de época”,
não obstante, devem ser lidos com bastante distanciamento.

O campo literário, por seu lado, também foi um ambiente fértil para o tema
do cangaceirismo. Romancistas, contistas e memorialistas como Franklin Távora,
Ulysses Lins de Albuquerque, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Maximiano
Campos, Rodolfo Teófilo, Carlos Dias Fernandes e até mesmo o pintor Di Ca-
valcanti, como tantos outros, retrataram o fenômeno ou iluminaram alguns de
seus aspectos por meio de narrativas ficcionais ou biográficas (mesmo que apenas
em capítulos ou trechos isolados de suas obras), e mesmo não produzindo aná-
lises necessariamente precisas do *brigandage* nordestino, ainda assim ajudaram a
compreender a importância daqueles elementos não só em termos sociais como
também no imaginário da população sertaneja de sua época.

Mais tarde, começaram a surgir interpretações de estudiosos politicamente à esquerda, enfocando principalmente o contexto de injustiça social do sertão para, de certa forma, entender e até mesmo justificar o desenvolvimento do cangaceirismo. Autores como Rui Facó⁸ e Christina Matta Machado⁹, fossem de origem partidária, jornalística ou acadêmica, em alguns casos também se mostravam condescendentes com os bandoleiros, vendo neles quase que “embriões” de possíveis guerrilhas populares no interior da região. Essas análises pioneiras, que enfatizavam a questão social no campo, (mesmo sendo tentativas mais sofisticadas que a de seus antecessores), ainda assim não apresentavam um quadro completo das motivações e da atuação de grande parte daqueles bandoleiros.

É claro que há exceções. Diversos *scholars*, nacionais e estrangeiros, trabalharam o tema com grande competência. Cabe aqui destacar, entre outros, Frederico Pernambucano de Mello e seu *Guerreiros do sol*, certamente uma das mais sofisticadas interpretações do cangaceirismo¹⁰. Também vale mencionar os trabalhos do brasilianista Billy Jaynes Chandler¹¹ assim como o antropólogo Jorge Villela, que com o seu *O povo em armas* dá uma importante contribuição para o estudo do banditismo rural nordestino no período da República Velha, especialmente por meio da análise de vasta documentação¹².

Mesmo assim, pode-se dizer que ainda há um campo bastante amplo para novos estudos e enfoques sobre o tema. Afinal de contas, como dizia Roland Barthes,

não há nada de espantoso no fato de um país retomar assim periodicamente os objetos de seu passado e descrevê-los de novo, para saber *o que pode fazer deles*: esses são, deveriam ser, procedimentos regulares de avaliação.¹³

É importante aqui dizer o que entendemos por “cangaço”. O termo, aparentemente, teria sido utilizado pela primeira vez com o sentido atual já nas décadas de 1830 e 1840, pela população do sertão nordestino, de acordo com alguns estudiosos¹⁴, ao passo que, segundo outros, essa designação era usada da forma corrente desde o século XVIII, ainda que a “função” dos cangaceiros, na época contratados por colonizadores, fosse a de perseguir índios¹⁵. Essa segunda versão, contudo, é menos provável. De qualquer forma, no dicionário mais antigo da língua portuguesa, o *Vocabulário portuguez e latino*, do padre Raphael Bluteau, publicado em Coimbra, entre 1712 e 1728, não consta a palavra “cangaço”¹⁶. Para Luís da Câmara Cascudo, a palavra teria sido empregada pela primeira vez em dicionários em torno de 1872, por Domingos Vieira, e significava uma “reunião de objetos menores e confusos, utensílios das famílias humildes, mobília de pobre e escravo”. A definição que mais se aproxima do que se entende por “cangaço” nos dias de hoje, entretanto, é o registro de Henrique de Beaurepaire Rohan, em seu *Dicionário de vocábulos brasileiros* (publicado no Rio de Janeiro

pela Imprensa Nacional, em 1889), que indica o “conjunto de armas que costumam conduzir os valentões”. Essa talvez seja a definição *dicionarizável* mais antiga do termo relacionado *especificamente* ao banditismo rural nordestino¹⁷. Juvenal Galeno, contudo, já em 1871 fizera uso dessa palavra no livro *Cenas populares*¹⁸; Franklin Távora a empregou também numa obra literária, o romance histórico *O cabeleira*¹⁹, publicado em 1876; e, um pouco mais tarde, Irenêo Joffily faria mais uma vez menção ao cangaço em seu *Notas sobre a Parahyba*²⁰, de 1892. De qualquer forma, o que se pode dizer é que desde o início do período republicano (o período que estudaremos com maior detalhamento) as designações “cangaço” e “cangaceiros” já eram mencionadas de modo constante em documentos “oficiais”, como diligências policiais, sentenças judiciais e cartas entre delegados e juízes, para descrever os bandidos sertanejos.

Uma explicação para a origem do termo pode ser encontrada na palavra “canga”, que deu o nome tanto a um equipamento de tortura (que teve uma variante usada no período da escravidão no Brasil) como à própria cangalha, usada no lombo do boi e de outros animais de tração²¹. No primeiro caso, assemelhava-se ao “tronco”, que, nas palavras de Rodrigues de Carvalho, podia ser descrito como:

Um aparelho constante de viga infincada, com uma tábua de sucupira em forma de meia-lua, tendo uma abertura em que o prisioneiro colocava uma perna, suspensa, firmando-se na outra na altura que o feitor quisesse.²²

O médico austríaco João Emanuel Pohl, que esteve em viagem pelo país na década de 1820, disse que

consiste em duas pranchas de madeira, uma deitada sobre a outra e que se adaptam perfeitamente, cada uma com o comprimento de duas braças, a altura de pé e meio e a espessura de três polegadas. Nelas há três aberturas, nas quais são apertados ambos os pés e ao mesmo tempo o pescoço do delinqüente. Conseqüentemente, é esse tronco uma modificação do cavalete, outrora geralmente usado na Europa e que aqui, conforme eu soube mais tarde, é empregado freqüentemente por simples maldade da milícia e inteiramente ao seu arbítrio.²³

Por seu lado, Jean-Baptiste Debret comentava:

É comum encontrar-se em casa do fazendeiro brasileiro um *tronco*, antigo instrumento de castigo, formado por duas peças de madeira de seis a sete pés de comprimento, presas a uma extremidade por dobradiças de ferro e munidas na outra de cadeado cuja chave fica em mãos do feitor. O fim desse dispositivo é de sobrepor as duas partes dos buracos redondos, através dos quais são passados punhos ou pernas e às

vezes o pescoço dos torturados. O instrumento é em geral colocado num barracão fechado ou num sótão.²⁴

Continuava:

É nessa atitude incômoda que se mantêm os negros fugidos, a fim de esperar os castigos que devem receber mais tarde. Também se prende assim todas as noites o escravo excitado pelo desejo. O negro indisciplinado sofre constantemente essa tortura até ser vendido a um habitante das minas, que o emprega na sua exploração. Em geral o negro [...] sofre pacientemente esse castigo [...] e se resigna sem grande dificuldade a um mal que participe mais do tédio que da dor.²⁵

O tronco, portanto, nas palavras de José Alípio Goulart, seria uma espécie de “primo-irmão” da canga chinesa. Foi usado principalmente em escravos africanos, mas também, em alguns momentos, em trabalhadores livres. Isso explica a associação popular do aparelho com a ideia de subjugação e opressão. Ditos como “nesse pescoço não se bota canga”, assim, eram usados por indivíduos para indicar liberdade, altivez, independência e dignidade.

Já a cangalha²⁶, ou canga de boi, é um instrumento composto de duas forquilhas de madeira, tendo como distância aproximadamente três palmos entre uma e outra, emborcadas e presas por traves laterais – designadas como “prendas” – enquanto em sua parte interna tiras de couro (repuxos) seguram a esteira de palha, albardão de molho de junco amarrados e justapostos, colocado sobre o lombo do animal de carga. Ainda são incluídos aí a barrigueira ou “cilha” (cinturão de couro afivelado), a rabichola e o peitoral, implementos para garantir a plena estabilidade do aparelho. Justamente nos cabeçotes das forquilhas são dependurados os instrumentos de transporte de carga²⁷.

O carro de boi teve, ao longo dos séculos, um papel extremamente importante na paisagem rural nordestina. Um estudioso das relações sociais no *hinterland* chegou a afirmar que o veículo seria fruto da monocultura e do individualismo econômico, e que, sem ele, o senhor rural não teria existido²⁸. Esse meio de transporte e de carga esteve presente nas minas, nos engenhos e no comércio. O carro de boi tinha inclusive a função de “carruagem” para as elites rurais até o início do século XX, enquanto servia também para conduzir bandas musicais que se deslocavam entre cidades do interior para se apresentar em festas tradicionais²⁹. Foi, de fato, fundamental na penetração e na “conquista” do vasto setentrão, em especial naquelas localidades onde não havia rios navegáveis. Sua função social, doméstica e econômica é incontestável.

O carro de boi ajudou a construir uma “imagem” do sertão, dando-lhe uma feição bem característica. Foi tão importante que deu origem a diversos topôni-

mos, como Carro Quebrado e Passagem do Carro, no Rio Grande do Norte, por exemplo. Entre os distintos utensílios do carro, como cambões³⁰, chavelhas³¹, tiradeiras³², canzis³³, brochas³⁴, tamoeiros³⁵ e correias de chifres³⁶, a canga se destaca por seu tamanho, formato e função. Portanto, não é de estranhar que uma peça tão característica de um elemento de tamanha importância econômica no interior nordestino fosse tornar-se simbólico dentro do imaginário popular sertanejo. E que esse aparelho pudesse ser utilizado como referência para ilustrar ou designar tanto alguma região, como a Baixa da Cangalha e as serras da Cangalha (Bahia) como talvez também alguma modalidade ou fenômeno social como o cangaço.

Nesse caso, há duas alusões mais comuns relacionadas de forma específica à canga. Uma delas compararia a subordinação ou dependência dos cangaceiros aos “coronéis”, que supostamente imporiam seu domínio sobre os asseclas, como se fosse um instrumento de prisão e tortura (ou uma cangalha sobre o lombo de um animal); e outra, que associaria a canga aos apetrechos que os cangaceiros traziam pendurados no corpo. Houve quem dissesse, entretanto, que a ligação do termo “cangaço” com a canga de boi se daria por causa da proximidade que ficavam os animais, “juntos” uns aos outros pelo aparelho de madeira. O conceito, nessa acepção, denotaria “união”³⁷.

A sugestão de que a palavra estaria associada, de alguma forma, a uma versão do ditado popular “estar debaixo de Deus”, ou seja, “estar debaixo do cangaço”, certamente com uma conotação positiva (ao indicar não a subjugação, mas “estar protegido” pelos bandos armados), nos parece, aqui, menos provável, ainda que *a mesma expressão*, com um sentido distinto, o de estar constantemente vivendo sob o uniforme e o armamento característicos dos bandoleiros (símbolos imagéticos daqueles salteadores), como já mostramos, é uma possibilidade bem mais factível. Nesse caso, “cangaço” significaria o estilo de vida dos bandoleiros.

É difícil ligar a palavra a uma corruptela do cariri *Cayacu* (*Kâyacu*), ou “lua”, em português, conectando, de alguma forma, os salteadores a criaturas “noturnas”, quase invisíveis, que surgiriam desavisadamente no meio da noite para realizar seus ataques³⁸; mas há quem defenda, como os folcloristas Pedro Batista e Batista Caetano, que a origem do termo vem, de fato, da palavra indígena (abanheenga) *cang* (*kang*), outra grafia para a palavra de origem tupi *acanga* ou *akanga*, equivalente a cabeça ou crânio, para alguns³⁹, ou a “ossada” ou esqueleto de animais domésticos ou selvagens, para outros. Nesse caso, seria comparável a uma armação de ossos com o conjunto de armas e equipamentos dos salteadores⁴⁰.

Popularmente, o binômio “cangaço independente” (em especial no período lampiônico) está associado aos bandoleiros “autônomos”, sem vínculos diretos com “coronéis”, que carregavam uma boa quantidade de equipamento, armamento e munição, e que atuavam no Sertão e nos limites do Agreste nordestinos, cruzando as fronteiras de vários estados, agindo *em geral*, no início, com o *argumento* de

vingança, de preferência interfamiliar⁴¹ (ou ingressando nos bandos como “refúgio”, para proteger-se da perseguição da polícia ou de outros inimigos), para em seguida utilizar essa modalidade de banditismo rural como forma de sobrevivência, ou seja, para obter ganhos materiais por meio de roubos, saques e extorsões, ainda que, como veremos adiante, a atividade, dependendo dos indivíduos envolvidos, tenha apresentado diferentes variáveis e motivações, que devem ser analisados a partir de cada caso específico. De forma geral, contudo, o conceito relaciona-se ao mesmo tempo aos apetrechos do bandoleiro e a seu meio de vida, principalmente nas áreas do interior nordestino.

Nossa intenção é discutir o período *aproximado* de 1890 a 1940, quando os mais importantes líderes do cangaço independente, Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Ângelo Roque, Jararaca, Lampião e Corisco, entre outros, atuaram, época essa em que se pode identificar uma atuação cada vez mais autônoma e de maior mobilidade na região. Esse é o interregno, portanto, que compreende a instauração da Primeira República até o início do Estado Novo. Por isso, não analisaremos *minuciosamente* o cangaço em sua forma embrionária, em momentos históricos anteriores.

É possível encontrar diversos exemplos de banditismo no Brasil antes do período áureo do cangaço, sem dúvida. No Nordeste, salteadores de projeção regional atuaram tanto na Zona da Mata e Recôncavo Baiano, como no agreste e no sertão da Bahia, de Pernambuco e de outras províncias. Mas esses marginais não só não eram, na maior parte do tempo, denominados “cangaceiros”, como também não apresentavam vários dos traços que a modalidade teve em sua maturidade, traços esses que serão analisados ao longo deste trabalho. São conhecidos os episódios de soldados holandeses que agiam como bandoleiros ou de bandeirantes paulistas que se desgarravam de suas missões expedicionárias no Sertão nordestino, na segunda metade do século XVII, organizavam grupos de salteadores que “não conheciam Rei, nem Justiça” e começavam a cometer todos os tipos de delitos. Um desses casos registrados na historiografia brasileira foi o da invasão de Porto Seguro por quarenta bandoleiros paulistas que mataram, estupraram e saquearam toda a cidade⁴². No século XVIII se destacou o pernambucano José Gomes, mais conhecido como o Cabeleira. E mais tarde, já na primeira metade do século XIX, houve bandidos como o baiano Lucas Evangelista dos Santos, o afamado Lucas da Feira (que atuava em Feira de Santana, Bahia, e adjacências), que podem ser vistos como *precursores* do que se definiu mais tarde como cangaço⁴³. Nesses casos, ainda que se pudessem apontar certas características similares às apresentadas posteriormente, não havia uma organicidade nem algo próximo a uma cultura disseminada desse tipo de criminalidade. Ainda não existia uma “imagem” definida do ator “cangaceiro” como figura emblemática e representativa do painel social do Sertão nordestino. A dimensão do fenômeno era mais restrita, como também sua influência na região.

Trabalharemos, isso sim, com as quadrilhas “autônomas”, com o cangaço como é conhecido na atualidade, ou seja, um fenômeno já identificável em meados do século XIX e que chegou à sua maturidade nas primeiras décadas do XX, com figuras de relevo como Antônio Silvino, Sinhô Pereira e Lampião.

Em outras palavras, se vários bandos *independentes* podiam ser detectados pelo menos desde a década de 1850 (e até mesmo antes), será somente a partir dos anos 1890 que o cangaço deixará de ser endêmico para se tornar epidêmico. Entre 1850 e 1889, de acordo com a análise de relatórios de todos os presidentes de província nordestinos (e de outros documentos), realizado por Hamilton de Mattos Monteiro, existiam 47 grupos importantes de salteadores atuando intensamente em toda a região⁴⁴. Entre os mais importantes estavam os Viriatos, os Meirelles, os Quirinos e os Calangros. Mas, para se ter uma ideia, só entre 1919 e 1927 (um período de oito anos), em torno de 54 bandos agiram no Sertão e no Agreste nordestinos⁴⁵. Isso significa dizer que o número de grupos e de *indivíduos* era muito maior, assim como sua área de atuação mais dilatada.

Os *standards* dos cangaceiros do século XX também mudaram: a intenção *final* era constituir uma forma de viver (e sobreviver) *profissionalmente* do cangaço. A ferocidade dos marginais, no período lampiônico, foi muito superior à apresentada no período anterior. As torturas e os assassinatos com requintes de crueldade se tornaram mais comuns e disseminados.

O espaço temporal que propomos representou, assim, *basicamente* o momento de ápice e decadência dessa modalidade de banditismo rural, característico unicamente do Sertão e do Agreste⁴⁶ da região Nordeste do Brasil. Dizemos aqui “unicamente”, mesmo estando cientes de casos *aparentemente* similares em outras partes do planeta. Afinal de contas, a violência no meio rural não é “privilégio” de nenhum povo em particular.

Ou seja, epidermicamente, o cangaço e certos casos de banditismo rural no mundo são parecidos, com elementos como vingança e proteção a bandidos, por exemplo, que podem ser encontrados em distintas partes do planeta. Mas essas similaridades ficam só na superfície. Há, de fato, elementos conjunturais e estruturais que dão ao fenômeno características culturais muito particulares, como a indumentária, a linguagem, as táticas de guerrilha, as relações com as mulheres, com os sertanejos, com os fazendeiros e com a polícia, que, mesmo com possíveis semelhanças com casos análogos em outros países, só podem ser entendidas *plenamente* dentro do próprio processo evolutivo histórico do Sertão e Agreste nordestinos. O cangaço, assim, seria mais do que apenas uma manifestação da marginalidade; ao longo do tempo, imbuíu-se de uma diversidade de elementos culturais peculiares que lhe forneceria uma “estética” e uma “construção” social muito singulares. Por isso, preferimos estudar o caso a partir de suas especificidades.

Para se entender toda a complexidade da dinâmica social do Sertão e do Agreste nordestinos, o surgimento e o fim do cangaço “independente” e as implicações que ele exerceu sobre as populações locais é necessário abordar os diferentes fatores de aparentes “imobilidades” e sobrevivências de resquícios culturais, como também as rupturas e modificações conjunturais e estruturais na região. A compreensão dos distintos traços característicos do *modus vivendi* local, do misticismo, do fanatismo, das superstições, da religiosidade, do “coronelismo”, das disputas familiares, da estrutura política e administrativa sertaneja e agrestina, e a presença de jagunços e coiteiros dentro da chamada “Civilização do Couro”⁴⁷ são fundamentais, assim como um levantamento e uma análise do surgimento e da expansão das ferrovias, estradas de rodagem, movimento operário nas capitais em contraposição a um *suposto* isolamento (ou pelo menos, um maior distanciamento) das populações das áreas mais afastadas, a superestrutura jurídica estadual e federal, a entrada de capitais e investimentos nos diferentes estados nordestinos, as políticas dos governos federal e estaduais em relação ao banditismo rural, o mercado de trabalho, os ciclos de secas, o ambiente físico, as migrações populacionais, a industrialização do país, a economia nacional, as mudanças e modernização do Estado brasileiro, entre outros fatores. Ou seja, uma *combinação* de todos esses elementos. Explicações simplistas, *exclusivistas*, não conseguem compreender satisfatoriamente o fenômeno, que deve ser discutido a partir de uma realidade multidimensional. As raízes do *brigandage* nordestino moderno são profundas e complexas.

Ainda assim, muitos autores tentaram entender o Sertão e o Agreste enfatizando em excesso alguns de seus aspectos específicos, como as características físicas do homem da região, suas manifestações psicológicas, sua tessitura emocional ou a influência do espaço geográfico e climatológico local. Essa hipertrofização de certas facetas produziu, por vezes, interpretações incompletas que reforçavam os mesmos clichês sobre uma sociedade que, como qualquer outra, sempre apresentou uma variada gama de experiências, padrões e valores culturais. Por isso, essa macrorregião não pode ser vista num flagrante único e estanque, com uma paisagem relativamente homogeneizada, mas sim interpretada como um ambiente muito mais dinâmico do que se pensa, com uma série de características, por vezes desprezadas pelos estudiosos, que vão do conservadorismo cultural latente até as renovações, adaptações e incorporações, tanto em termos materiais como nas formas de convivência social.

Num mesmo grupo de cangaceiros, por exemplo, seria possível encontrar indivíduos de estados diferentes da federação, com experiências de vida distintas, formas de falar e agir peculiares, traços de religiosidade e relacionamentos pessoais que não necessariamente se assemelhavam em demasia às experiências de seus colegas de armas. Mesmo que alguns elementos psicológicos pudessem, de fato, diluir-se ou mesclar-se aos do grupo, por força da convivência e da necessidade,

outros perdurariam no seu inconsciente e permaneceriam no foro íntimo por longo tempo. Dentro das fileiras do *brigandage* nordestino, em seu período “moderno”, houve indivíduos tão díspares e variados quanto alguns escravos recém-libertos (ou filhos destes), agricultores, comerciantes, almocreves, foragidos da Justiça, desertores da Força Pública e do Exército, fazendeiros, negros, brancos, cafuzos, caboclos, paraibanos, baianos, potiguares, alagoanos, sergipanos, cearenses e pernambucanos. E até mesmo aqueles (ainda que não fosse a regra) que conheciam São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e outros estados nordestinos, que falavam um pouco de latim, de inglês e de francês, e até mesmo que chegaram a se tornar “comunistas”. Isso tudo mostra como eram heterogêneos os tipos humanos e os bandos da época. Alguns daqueles homens eram decerto mais cosmopolitas do que se pode supor.

Essas quadrilhas podiam inicialmente ser formadas pela reunião de um pai com seus filhos, por um grupo de irmãos, por primos, por parentes e contraparentes e seus agregados ou com quaisquer outros que tivessem algum laço de parentesco direto ou indireto, para depois incorporar outros elementos da região⁴⁸.

O *hinterland* nordestino, tanto em termos físicos (como topografia, incidência pluviométrica, tipos de solo, vegetação, geologia e fauna), quanto em relação a seus tipos humanos, portanto, não é homogêneo. Aquela parte do setentrião brasileiro certamente era, e continua sendo, diversificada.

A região em si nunca foi completamente uniforme. O próprio Polígono das Secas é bastante vasto. Composto de amplas áreas áridas, distintas entre si, inclui o Sertão⁴⁹, o Seridó⁵⁰ e o Agreste⁵¹, com carrascos, serras e caatinga; sua paisagem característica é marcada pelo xerofilismo (uma vegetação baixa e espinhenta), em solo pedregoso e seco.

A Caatinga, que se espalha pelas sub-regiões do Seridó, Sertão, Cariris Velhos, Carrasco, Agreste, Curimataú e Cerrado, vai do norte de Minas Gerais até o Piauí, se estendendo por aproximadamente 800 mil quilômetros da superfície total nordestina. Dentro da região Nordeste, sem a Bahia, possui uma área de 27.497.171 hectares e, incluindo aquele estado, abrange 60.246.021 hectares. É, dos grupos florísticos ou associações vegetativas naturais, a que ocupa maior área no Nordeste seco.

É necessário salientar que o revestimento de flora do Sertão e do Agreste foi modificado ao longo de várias décadas. Esses dois sistemas (em especial o segundo), na época do cangaço epidêmico, já apresentavam um aspecto relativamente distinto do original. Foi nesse ambiente geográfico “transformado”, alterado pelo clima e pelo homem, que os bandoleiros transitavam.

A ocupação humana, com a expansão das fronteiras agrícolas e de criação de gado, por exemplo, cambiou de modo significativo a paisagem natural do Agreste, onde, já na primeira metade do século XX (o período áureo do cangaceirismo epidêmico) predominava uma vegetação de pequeno porte, em geral de velames

e cactáceas, das quais se destacam os mandacarus, xiquexiques, alastrados, palmatórias e cardeiros. Também se misturavam naquele espaço algumas espécies de Mata Atlântica e de Caatinga. Essa região, originalmente coberta de florestas, foi degradada por completo e tornou-se de vegetação muito parecida com a do próprio Sertão, ou seja, com aqueles tipos de plantas e arbustos que conseguiram sobreviver aos processos agrícolas invasivos, responsáveis por destruir boa parte da capacidade do solo de sustentar o ecossistema anterior. As formações primitivas de caatingas densas, com árvores mais altas (como braúnas, aroeiras e angicos), foram muito reduzidas, se comparadas a quantidade dessas espécies com sua maior proliferação original.

Um dos grandes culpados pela degradação e pela destruição arbórea no Agreste e Sertão foi o sistema ferroviário. Como as árvores da Caatinga são mais compactas (com maior peso específico) do que os das matas úmidas, possuem maior durabilidade, sua tessitura elástica apresenta uma resistência mais elevada às vibrações dos trens (que podem afrouxar os cravos em outros tipos de madeira). Por isso, não é de estranhar que, num período equivalente a pouco mais de cinquenta anos, centenas de milhares de dormentes fossem produzidos a partir de braúnas e aroeiras sertanejas e agrestinas; assim como milhões de metros cúbicos de madeira da região também fossem utilizados como lenha para os fornos das locomotivas. Por causa do tamanho daquelas árvores (pequenas se comparadas com as de florestas tropicais), a quantidade de dormentes que se podia fazer a partir de cada uma delas era menor, o que contribuiu para uma maior devastação da flora nativa⁵². De acordo com estatísticas do Serviço de Inspeção Florestal e Proteção à Natureza, de Pernambuco, só a Great Western Railroad Company, de 1935 a 1945, consumiu 200 mil metros cúbicos de lenha anualmente, assim como 60 mil dormentes⁵³.

Até mesmo o fogão doméstico sertanejo (o “trempe” de três pedras) teve sua parcela de responsabilidade na aniquilação da mata local. Apenas no ano de 1945 (nesse caso, após o fim do cangaço), em Pernambuco, foram consumidos 12 milhões de metros cúbicos de lenha, fosse ela diretamente retirada da Caatinga ou transformada em carvão⁵⁴.

A cobertura vegetal também sofreu com a pecuária extensiva: a criação de bois, equinos, cabras e bodes, pastando em terrenos abertos, acabava com raízes, cascas de árvores e arbustos. O constante desmatamento, por seu lado, foi o responsável pelo aumento significativo da erosão, que já se verificava de forma natural, naquela área. A serra do Araripe serve como ilustração aqui. O contínuo processo de erosão fez com que ela chegasse a ser chamada por alguns de “serra em decomposição”. Não foram apenas as chuvas as responsáveis pela grande incidência de desmoronamentos de vertentes e o surgimento de enormes ravinas, como aquelas verificadas próximas do Crato, Jardim, Nova Olinda e Santana do Cariri. O fator humano desempenhou um papel fundamental na modificação da paisagem local original.

Os colonizadores da região, de fato, ao se utilizar indiscriminadamente das “queimadas” contribuíram de modo decisivo para destruir a cobertura vegetal daquela região. Muita madeira também foi retirada para a construção das casas de farinha e engenhos de rapadura. Ou seja, queimadas, corte de árvores constante e aumento vertiginoso da densidade demográfica ao longo das décadas mudaram bastante o aspecto daquela área⁵⁵. E colaboraram para a diminuição substancial das fontes de água que banhavam o vale e o rio Salgado, perto de Icó, prejudicando não apenas o meio natural, mas também toda a população sertaneja que vivia ali⁵⁶.

Como dissemos, o *hinterland* nordestino não era homogêneo nem em termos humanos nem em termos culturais. As diferenças locais eram bastante salientes em distintos aspectos, como a indumentária, os hábitos, a culinária, as crenças, o folclore e o nível cultural da população.

Em algumas regiões, como em Conquista, os vaqueiros não usavam roupa de couro, enquanto em outras, justamente pelas dificuldades da vegetação espinhosa e mata de galhos finos, o uniforme completo de encouramento (quase uma armadura dos pés à cabeça), era uma exigência, uma necessidade da profissão.

As roupas e as montarias certamente apresentavam diversas variantes regionais, desde o corte, a decoração e o acabamento de gibões e perneiras até o *design* dos cabeçotes das selas e dos chapéus; alpercatas e botas “russianas”. O formato do chapéu de couro de Camisão, por exemplo, era bastante distinto, na copa e nas abas, daqueles produzidos e usados em Riachão ou no Alto São Francisco. De fato, a maneira de quebrar as abas do chapéu indicava, naquela época, de que ribeira o vaqueiro pertencia⁵⁷. No litoral agreste do Rio Grande do Norte, por exemplo, os vaqueiros usavam chapéus de abas mais curtas, alegando maior praticidade e insistindo que a vegetação mais cerrada e os períodos de chuvas prolongados dificultariam a utilização de abas mais compridas. Já no alto sertão do estado e no Seridó (pelo fato de as condições do solo e do clima serem outras), o uso de abas longas, de quatro a cinco dedos de tamanho, era necessário, considerando que aquele acessório certamente protegeria melhor os olhos da luminosidade intensa⁵⁸. Os chapéus dos tucanistas no estado da Bahia não se assemelhavam aos de outros vaqueiros. E, ainda que o chapéu de couro fosse o mais comum da região, os feitos de palha, mais simples, também eram bastante utilizados, sendo característicos de alguns lavradores e tropeiros⁵⁹.

Os cangaceiros, “coronéis”, beatos, padres, místicos, vaqueiros, pistoleiros e jagunços foram elementos sertanejos muito característicos e, em geral, os mais associados ao ambiente regional em questão. Mas havia também outros importantes.

Tropeiros, mascates e caixeiros-viajantes, tipos muito comuns naquelas paragens, davam ao sertão certo caráter de mobilidade e trânsito de informações e produtos entre litoral e interior. Sua influência no *hinterland*, assim, deve ser considerada.

Esses diferentes tipos de atividades profissionais davam relativo dinamismo à região, com o constante intercâmbio cultural e comercial. A presença de trans-

portadores de carga, de vendedores, de alguns imigrantes europeus⁶⁰ e árabes⁶¹, de missionários presbiterianos dos Estados Unidos⁶² e da Escócia⁶³, de padres franceses⁶⁴, alemães e italianos⁶⁵, e de engenheiros e empresários de companhias norte-americanas e europeias⁶⁶, ainda que em número reduzido, também ajudou a compor certa diversificação cultural na região⁶⁷. Há quem diga, inclusive, que chegou a existir um cangaceiro turco⁶⁸ e um francês⁶⁹, o que mostra uma diversidade possivelmente ainda maior de indivíduos nas quadrilhas de bandoleiros e na composição étnica e cultural da região, de forma geral. Por isso, insistimos, o Sertão e Agreste nordestinos durante a República Velha, ainda que, sem dúvida, mais isolados e atrasados que as capitais dos estados, não eram ambientes estáticos.

Foi nessa área muito extensa, abrangendo vários estados nordestinos, com todas as diferenças, especificidades e alterações físicas, humanas e culturais ocorridas ao longo de muitos lustros, que transitaram os bandoleiros sertanejos do período contemporâneo.

Para o escritor cearense Gustavo Barroso:

A grande região compreendida entre o rio São Francisco e o vale do Cariri, estendendo-se da serra do Quicuncá à do Martins, daí às faldas da Borborema, aos contrafortes da Baixa Verde e dos Dois Irmãos, é o *habitat* do banditismo. Ali se encontram e se aproximam as fronteiras de sete Estados, tendo nesgas de territórios que se enfiam umas nas outras, como cunhas. O meio, a cumplicidade do habitante e a facilidade de fugir dum Estado para o outro oferecem guarida segura a todos os criminosos.⁷⁰

Vale dizer aqui que a “região”⁷¹ deve ser vista como uma zona mais ampla e complexa, um ambiente que mescla os aspectos geográficos e naturais com os traços históricos e culturais de sua população. É nesse sentido que o historiador Fernand Braudel comenta sobre a importância da combinação dos aspectos geográficos e sociais na análise histórica, ao afirmar, para casos similares, que “a geografia deixa de ser um fim em si para converter-se em um meio; nos ajuda a recriar as mais lentas das realidades estruturais...”⁷². De qualquer forma, como já afirmava Milton Santos:

A região é um quadro arbitrário, definido com propósitos políticos, econômicos ou administrativos. Sua identificação, delimitação e construção estão ligados à noção de diferenciação de áreas, ao reconhecimento de que o território é constituído por lugares com uma ampla diversidade de relações econômicas, sociais, naturais e políticas.⁷³

Ou seja, para ele,

este ponto é tão importante, posto que retira do conceito de Região uma idéia de naturalidade – quer de área física, quer de cultura comum, quer de território –, que

chegou a influenciar e limitar a análise de geógrafos importantes como Vidal de La Blanche.⁷⁴

Cabe aqui também fazer uma rápida referência ao termo “sertão”, ainda, em grande medida, de origem incerta. Imprudentes são aqueles que afirmam peremptoriamente que a palavra é necessariamente uma corruptela ou diminutivo de “desertão”⁷⁵. Para uma diversidade de léxicos, o termo, que é usado no Brasil desde o início da colonização, significaria local afastado dos terrenos cultos ou da costa, coração das terras, interior, região pouco habitada ou deserta. Daí inferir que “desertão” teria como possível variante, a abreviatura “sertão”, a partir do chamado “deserto grande”, as localidades despovoadas da África Equatorial portuguesa. O fato é que a outra forma de grafia da mesma palavra, inclusive mais antiga, é “certão” (ou “certam”), o que retira substancialmente a força da teoria citada anteriormente. O “certão”, com a letra “c”, era termo corrente em Portugal desde o século XVI, e designava até mesmo o interior daquele país, *que não era deserto*, sendo usado constantemente dessa forma até o século XVIII, só passando a ter maior proeminência a versão “sertão”, com “s”, mais tarde. É bem verdade que alguns dicionaristas optam por dar um sentido distinto à palavra, ou seja, equivaler o termo a “floresta” ou “mato distante do litoral”. Mas, na prática, não há *nenhuma* sugestão de deserto, despovoado ou solidão⁷⁶. Para Gustavo Barroso, a origem mais provável da palavra (ainda que não haja garantia de que seja essa a oficial) pode ser encontrada no *Dicionário da língua bunda de Angola*, do frei Bernardo Maria de Carnecatim, de 1804. Nele está incluído o vocábulo “muceltão”, com sua corruptela, “certão”, ou o *locus mediterraneus*, que, na prática, quer dizer também interior, região distante da costa. Seria, portanto, *possivelmente* um termo derivado do angolano mbunda *michitu* ou *muchiti*, modificado pelos lusitanos, por causa da variação dialetal *muchitum*, para “muceltão”, na época, muito usado no interior das colônias portuguesas da África. Por isso, “celtão” teria se tornado “certão”, e este acabou sendo disseminado para fora daquelas colônias e começou a ser utilizado em outras regiões, para indicar áreas distantes da costa. Essa é, talvez, a mais “provável” origem do termo “sertão”⁷⁷.

TEORIA DO BANDITISMO SOCIAL

Dentre as mais conhecidas e influentes interpretações do chamado “banditismo social” (do qual, supostamente, fazia parte o cangaço), é possível destacar a de Eric J. Hobsbawm em seu *Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movements in the Nineteenth and Twentieth Centuries*¹, de 1959, e *Bandits*² – publicado dez anos mais tarde –, dois livros importantes, talvez mesmo “divisores de águas”³. Em *Bandidos*, ao discutir o cangaço, o historiador britânico cita Virgulino Ferreira como exemplo para contrapor outros criminosos de épocas e países distintos, quando talvez o mais correto para exemplificar suas ideias seria ilustrar o fenômeno com o caso de Jesuíno Brilhante, o cangaceiro do Rio Grande do Norte que atuou na década de 1870 em três estados da região e que pode ser considerado o protótipo do bandoleiro romântico⁴. Mas nem mesmo Jesuíno Brilhante poderia ser incluído em todos os pontos do esquema proposto pelo autor de *Era dos extremos*.

Na verdade, a “teoria” do “banditismo social” de Hobsbawm (pelo menos quando especificamente relacionada ao cangaço) é questionável. A partir de um modelo por demais “universalizante”, ele tentou encontrar traços comuns em determinados tipos de bandidos do meio rural e colocá-los dentro de um mesmo esquema teórico, usando pouca ou quase nenhuma base documental para comprovar suas asserções. Suas fontes são, em muitos casos, tiradas das lendas e do “folclore” popular, constituindo “imagens” idealizadas desses personagens, que não necessariamente refletiriam a realidade. As narrativas dos cordéis populares ou dos livros escritos por jornalistas ou militares que combateram os cangaceiros, mesmo sendo textos interessantes, seriam “interpretações” filtradas dos relatos reais ou imaginários, e reelaboradas a partir de desejos, preconceitos e formação dos seus diferentes autores. Assim, por mais que essas fontes possam ser vistas como documentos de época, não são de todo confiáveis⁵; destarte, a necessidade

de conhecer as diferentes variantes da mesma história e de realizar uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema⁶.

Para Hobsbawm, os “bandidos sociais” permaneceriam dentro da sociedade “camponesa” e seriam admirados e respeitados pela população pobre, que os consideraria “heróis”, “vingadores”, “justiceiros” e até “líderes de sua libertação”, desse modo oferecendo-lhes seu apoio⁷. Seriam vistos como “símbolos do protesto social”, já que lutavam contra os inimigos de classe dos “camponeses”: o Estado e os “senhores”, ou seja, os potentados rurais⁸. Em outras palavras, esses bandoleiros compartilhariam valores morais e a mesma visão de mundo de suas comunidades e se tornariam foras da lei em defesa delas: um protesto social de caráter pré-político e *inconsciente*.

Prosseguindo, ele dizia que o “banditismo social” não apresentava organização ou ideologia, seria de todo inadaptável aos modernos movimentos sociais, tinha uma visão retrógrada, voltada ao passado, tendo como objetivo reconstituir uma ordem social tradicional, que desaparecia rapidamente⁹. As condições para o surgimento desse tipo de banditismo seriam a pauperização, as crises econômicas, as guerras, as conquistas ou a ruptura do sistema administrativo¹⁰.

A tentativa de explicar o surgimento do cangaceirismo a partir da estrutura econômica nacional e da estrutura agrária¹¹ regional existente na época é, sem dúvida, válida. A estrutura agrária *certamente* desempenha um papel fundamental nas relações sociais no campo. Afinal de contas, a forma como as terras eram apropriadas, a própria produção agropastoril, a interdependência entre sertanejos e fazendeiros e a presença de agregados e jagunços nas propriedades rurais regidas por parentelas, compadrios e disputas familiares foram todos elementos importantes para as relações clientelistas que possibilitaram o desenvolvimento do “coronelismo” no Império e na República Velha, assim como também foram fatores que criaram o ambiente propício para aquele tipo muito específico de banditismo rural.

Na metade do século XIX, há estimativas de que possivelmente menos de 1% de toda a população rural brasileira possuía terras¹². Boa parte dos donos de fazendas, nesse caso, era absenteísta e cuidava de seus negócios em cidades distantes, em geral nas capitais. Isso considerando que a maior parte dos brasileiros vivia no campo.

A população do Brasil quase dobrou entre 1872 e 1900, indo de pouco mais de 10 milhões de habitantes para mais de 18 milhões. E de 1890 até 1920 aumentou de 14.334.000 para 27.500.000 pessoas¹³. A população nordestina, que era de 4.708.160 habitantes em 1872, representando 46,6% da população total do país, em 1890, passava a 6.002.047 (ou 41,9%); em 1900, chegava a 6.749.507 habitantes (o equivalente a 38,7% do total); e em 1920, atingia a cifra de 11.245.921 pessoas, ou 36,7% do total¹⁴. O Nordeste, durante todo esse período, foi a região de cunho rural mais densamente povoada, possuindo a maior proporção de habitantes do país¹⁵. Para se ter uma ideia, entre 1920 e 1950 houve um aumento

de 200% na população do Cariri, que tinha uma densidade de 34 habitantes por quilômetro quadrado¹⁶.

Em termos de ocupação, em 1872, 64,1% dos trabalhadores realizavam atividades na agricultura; em 1900, 53,4%; e em 1920, quando o Brasil tinha pouco mais de 27 milhões de habitantes¹⁷, chegava a 69,7% de toda a população do país¹⁸. A proporção de trabalhadores na agricultura, na verdade, pode ter sido ainda maior¹⁹. Naquele ano de 1920, por exemplo, havia 648.153 estabelecimentos rurais registrados, com uma produção que alcançava 275.512 contos de réis²⁰. A população ativa do Brasil era de 9.190.000 pessoas. Destas, 180 mil eram latifundiários ou componentes da burguesia agrária (2%), 60 mil da burguesia urbana (0,7%), 2.450.000 das camadas médias urbanas (26,6%), 1,5 milhão de membros da classe operária e camadas proletárias do campo (16,3%) e 5 milhões, ou 54,4%, faziam parte do campesinato e dos assalariados agrícolas do país²¹. De acordo com Boris Koval, do total da população brasileira na época, 23 milhões viviam no campo, dos quais 6,6 milhões de pessoas trabalhavam na produção agrícola²². Desses agricultores, apenas 648 mil, ou 9,7%, trabalhavam em suas propriedades. O restante, quase 6 milhões de trabalhadores rurais, não possuía terras próprias²³.

O elemento mais característico no campo brasileiro, de forma geral, ainda era o latifúndio: existiam 463.879 estabelecimentos agrícolas com área menor do que cem hectares, o equivalente a 9,9% da área²⁴; eram 157.959 aqueles que tinham área entre cem e mil hectares, ou 30,6% do total²⁵; e 26.318 latifúndios (área entre mil e 25 mil hectares), ocupando 94.668.870 hectares (numa área média de 4.060 hectares), que correspondiam a 59,5% do total²⁶ (em 1940, por exemplo, apenas 12,6% da população nordestina era urbana)²⁷. De acordo com o censo de 1920, no Brasil havia 175,1 milhões de hectares de terras, com uma área útil de 55,5 milhões de hectares. Destes, somente 6,6 milhões de hectares, ou 1,8%, eram efetivamente cultivados²⁸.

O que se pode dizer em relação ao meio rural nordestino, no começo do século XX (que possuía uma quantidade considerável de pequenas propriedades depauperadas, espalhadas e pulverizadas no ambiente sertanejo), é que um dos padrões de conduta mais comuns dos “coronéis” era a apropriação de terras e de pequenas fazendas pela força das armas ou a sua compra de sertanejos endividados (ou que queriam se mudar da região). Iam se apoderando de tudo em que pudessem colocar as mãos. Um pequeno número de latifundiários, portanto, anexava, legítima ou ilegítimamente, propriedades de moradores do sertão, aglutinando territórios, reconfigurando o espaço econômico regional a seu favor e controlando, política e economicamente, muitos minifundiários que permaneciam por lá. Era criada aí uma relação de dependência, de troca de favores e de clientelismo entre os “patrões” e sua parentela empobrecida, agregados e trabalhadores rurais. Por outro lado, a ideia de pertencer a um “clã” familiar ou estar ligado a ele, tradicio-

nalmente, dava um senso de segurança aos sertanejos, que mantinham laços de fidelidade com os “coronéis”.

O poder político se associava ao poder econômico e à Igreja, e muitas vezes se confundia com eles. O Padre Cícero, uma mistura de sacerdote, político e “coronel”, no final da vida, possuía trinta sítios, dezesseis prédios, um quarteirão e uma avenida de casas, cinco fazendas com gado e benfeitorias, assim como uma mina de cobre. Tinha a seu redor um séquito de fiéis, o qual “ajudava” com esmolas, preces e palmatórias, fiéis estes que, por seu lado, também o apoiavam incondicionalmente. Era provavelmente um dos mais ricos senhores rurais do Cariri cearense de sua época. Tinha relações estreitas com comerciantes (como Fenelon Gonçalves Pita e Ignacio Figueiredo), com o “coronel” Chita Fina, e com o Banco de Cariri, que lhe emprestava dinheiro a juros de 12% ao ano²⁹. Isso para não falar de sua amizade com Floro Bartolomeu e outros políticos conhecidos. O próprio Padre Cícero chegou a dizer, certa vez, que, em Juazeiro, ele era o Prefeito, a Câmara, o Juiz, o Delegado, o Comandante, a Polícia e o carcereiro³⁰.

Mais patente ainda era o que ocorria em Escada, neste caso, na Zona da Mata pernambucana. A oligarquia açucareira local, como em outras localidades do Nordeste, tinha o poder econômico e político em suas mãos. No começo da década de 1860, por exemplo, os três agentes policiais da localidade (ou seja, o delegado e os dois subdelegados), eram relacionados por parentesco com o principal “coronel” local, Henrique Marques Lins, e possuíam, juntos, nove engenhos. Naquele período, dos seus dezessete juízes de paz, doze eram donos de engenhos, com dezenove plantações. Em 1881, dos nove membros da Câmara Municipal daquela cidade, três possuíam sete engenhos. Dois anos mais tarde, o prefeito era dono de cinco engenhos, ao passo que cinco conselheiros (ou seus filhos) tinham quatorze engenhos. Só o delegado de polícia, Samuel dos Santos Pontual, era proprietário de treze engenhos. Ainda na mesma época, dois dos três substitutos do juiz municipal (parentes do poderoso José Pereira de Araújo e do delegado Santos Pontual) tinham onze engenhos de açúcar. E doze dos dezesseis juízes (ou seus filhos) eram donos de um total de dezoito engenhos³¹.

Com tantos interesses políticos e econômicos em disputa, não é de estranhar que houvesse rivalidades entre diferentes clãs familiares em todo o Nordeste. Famosas são as disputas por terras, por domínio político ou até por motivos supostamente fúteis dos Nogueiras, Carvalhos e Saturninos contra os Pereiras e Ferreiras; dos Moraes contra os Cabral em Garanhuns; dos Calheiros e Cavalcanti Lins contra os Omenas da Silva; dos Fortes Nunes contra os Malta em Alagoas; dos Alencar contra os Sampaio, em Pernambuco; dos Limão contra os Calado; dos Montes contra os Feitosas; e dos Ferraz contra os Novaes, entre outros. Nesse caso, membros de outras famílias que se sentissem prejudicadas por um elemento de determinado clã se aliavam às famílias inimigas daquela do indivíduo com o qual tinham um

entrevero. Jagunços e guarda-costas de “coronéis” quiçá se “desgarrassem” do vínculo umbilical de seus patrões e se tornassem bandoleiros independentes³². Mas, em geral, eram os próprios membros das famílias proeminentes do sertão (como os filhos mais velhos, por exemplo), que se encarregavam de levar a cabo a vingança familiar. E eram vários desses mesmos indivíduos que se tornavam as principais lideranças do cangaço moderno.

Ainda que alguns autores afirmem que o cangaço surgiu como um desdobramento, uma consequência, da atividade de guarda-costas ou do jaguncismo, é bom lembrar que no período colonial já havia banditismo rural no Nordeste brasileiro, representado por bandos heterogêneos, como aqueles compostos por marginais holandeses, elementos desgarrados dos bandeirantes ou representantes do populacho marginalizado que, nesses casos, não necessariamente tinham relação com o trabalho de proteção a fazendeiros e a potentados locais. Seguiam, isso sim, em algumas instâncias, a tradição de saques e pilhagens dos piratas, dos índios ou dos mamelucos que atuavam tanto nas cidades do litoral como no interior. Ou seja, há muitas modalidades de práticas violentas e de indivíduos distintos que podem ter servido como embrião do que mais tarde veio a ser conhecido como cangaço.

O entrelaçamento dos poderes político e econômico, junto com a engrenagem jurídica e policial, num ambiente fundiário claramente distorcido e desequilibrado, por certo teve um peso significativo na formação social e psicológica do bandoleirismo agrestino e sertanejo. Mas o sistema econômico brasileiro, de forma geral, e a estrutura agrária capitalista do Sertão nordestino nos períodos imperial e republicano, por si só, não podem ser considerados as *únicas* explicações para esse fenômeno. Em outras palavras, não se deve dar *excessiva* ênfase a essa *única* variável, ainda que ela seja *bastante* importante. A análise engelianiana das relações entre base e estrutura mostra que os distintos elementos da superestrutura (como o Estado, o direito e as ideologias), se desenvolveram a partir e *simultaneamente* com a base econômica; que a superestrutura não só depende da base, mas, *a longo prazo*, será determinada por ela; que apesar de sua dependência em relação à base, a superestrutura *possui autonomia relativa*, já que, mesmo se desenvolvendo a partir daquela, *se singulariza, criando suas próprias estruturas características, que acabam por obedecer a leis específicas*; que a base e a superestrutura influenciam-se *mutuamente*, havendo ao mesmo tempo uma dependência recíproca e uma *autonomia* de cada uma delas; e que a autonomia relativa da superestrutura pode ser tão grande, que em algumas condições, pode até mesmo tornar-se, de forma temporária, o *fator primário e determinante* de todo o desenvolvimento³³.

A estrutura agrária sertaneja funciona, aqui, como um forte elo entre a base econômica mais ampla e a superestrutura. Nela encontram-se uma série de variáveis importantes, dentro de um diálogo polifônico, em diferentes níveis de atuação e inter-relação, que ajudam na compreensão do banditismo rural nordestino. Mas há

ainda outros aspectos que também devem ser levados em conta e que, agregados à base econômica, podem ajudar a produzir um painel mais rico sobre a questão. A influência das culturas endógena e exógena (a indígena, a portuguesa, a elaborada dentro do ambiente sertanejo em evolução e a trazida dos grandes centros do país, e até mesmo do exterior) e o ambiente político e institucional, com as deliberações do Estado em nível estadual e nacional, durante todo o período da República Velha, também são elementos que devem ser bastante considerados. Cultura que por vezes podia ser imposta, e por outras, que se desenvolveu “naturalmente”, a partir das referências locais ou não, constituindo discursos ocultos, maleáveis e permeáveis em diversas camadas sociais. Assim como a participação de níveis jurídicos e políticos forâneos à realidade local imediata que criavam um colchão, uma base importante de relações que afetavam, em menor ou maior grau, aquele ambiente específico.

Ainda assim, há quem chegue a afirmar que o cangaço surgiu *exclusivamente* por causa do latifúndio, da propriedade privada e da necessidade do dono de terras do Nordeste de “controlar” e “reprimir” as populações rurais mais pobres da região. É bom lembrar que, ainda que o latifúndio, a propriedade privada e o desejo de “controle social” possam ser encontrados em todos os cantos do Brasil, tanto na esfera pública como privada, não houve o aparecimento do cangaço (ainda que tenham ocorrido casos de outros tipos de banditismo), ou fenômenos da mesma magnitude ou duração, em nenhuma outra região do país³⁴.

De qualquer forma, eram patentes a injustiça e o desequilíbrio econômico entre as diferentes camadas sociais naquele local. Em 1920, uma trabalhadora rural sertaneja, por exemplo, ganhava em torno de \$200 por onze horas de serviço diário no campo³⁵. A falta de emprego levava os homens do interior, em algumas cidades, a ingressar nas “feiras de trabalhadores”, onde se reuniam em praça pública, segurando suas enxadas e aguardando a convocação dos fazendeiros, que, em geral, escolhiam os indivíduos mais robustos para o labor nos roçados. Recebiam o equivalente a \$500 por dia de trabalho, numa semana de labuta que ia de segunda a sábado. Aos domingos, pegavam o soldo de 3\$000 por seis dias de onze horas de trabalho³⁶. Suas esposas, quando conseguiam serviço, trabalhavam a mesma quantidade de dias e horas, recebendo apenas 1\$200 por seu esforço. Isso enquanto tinham de cuidar da casa e dos filhos, em média de dez por casal³⁷.

Isso tudo explicaria, em parte, os motivos pelos quais alguns desses sertanejos acabavam ingressando nas fileiras do cangaço. Por isso, alguns autores também chegam a afirmar que não se poderia separar os “bandidos sociais” dos “bandidos empresariais”, aqueles apenas voltados para o roubo, puro e simples, já que, em teoria, qualquer roubo representaria *também* um protesto inconsciente embutido, implícito, com conteúdo classista... Há quem argumente que um “movimento social”³⁸ seria todo conjunto de ações e mecanismos colocados em andamento para manter uma determinada situação e as “respostas”, “acondicionamentos” e reações

que os setores populares opõem a ela³⁹. De acordo com essa teoria, quando uma determinada “etapa” termina, as situações conflitivas se reconstituem a partir de elementos novos, derivados do resultado da correlação de forças anterior, daquele momento histórico *supostamente* já superado. Em certos casos, haveria avanços e conquistas sociais, e em outros, as consequências poderiam se expressar de modo pior do que se configuravam antes. Esse “movimento social” se definiria como as manifestações das contradições geradas dentro de uma sociedade, a partir dos interesses e disputas entre as classes e grupos que a conformam, sendo, assim, uma realidade *permanente e latente* inserida na própria estrutura, mudando de intensidade e de *formas de luta* dependendo da situação⁴⁰. Entre as respostas dos setores populares contra a exploração estaria incluído o “banditismo social”. O bandoleirismo seria, então, uma entre múltiplas formas de expressão de luta contra a opressão.

De acordo com Carmen Vivanco Lara, essa modalidade teria algumas características: seria um fenômeno social por meio do qual a classe dominada expressaria seu descontentamento e reivindicação concreta contra o sistema político, jurídico, econômico e social; como não haveria uma consciência “superior” dentro ou associada a ele, não atacaria o “sistema” e seria incapacitado como uma via de câmbio social, apresentando-se apenas como um protesto contra a superexploração não estabelecida e contra os abusos e excessos não permitidos pela tradição ou pelas leis; seria uma organização grupal; seria um movimento “corporativo”; teria como elemento nutriente o descontentamento popular; seria caracterizado por relações sociais ligadas à ideia de fidelidade e honra, como um poderoso elemento de coesão interna; o bandoleirismo seria uma resposta econômica, tendo como uma de suas motivações, a própria sobrevivência; e seria uma resposta *ideológica*, já que desde o momento em que se tomava a decisão de fazer dessa modalidade uma forma de “luta popular”, haveria implicitamente uma ponderação sobre o justo e o injusto que a ordem socioeconômica oferecia à população marginalizada, que ao constatar seu desacordo com ela, preferia abandonar a legalidade e viver no bandoleirismo, uma forma de vida mais de acordo com suas noções de justiça e de liberdade⁴¹. É fácil perceber, portanto, as limitações de vários desses argumentos e a dificuldade de uma *generalização mais ampla* desses conceitos.

ORIGENS DE CLASSE E MOTIVAÇÕES PARA A ENTRADA NO CANGAÇO

Todas essas afirmações e interpretações, apresentadas no capítulo anterior, de maneira geral, não correspondem em sua totalidade ao cangaceirismo. Quase nenhum líder de maior relevo do cangaço provinha das classes baixas rurais: Jesuíno Brilhante era fazendeiro, possuidor de “recursos” de lavoura e de gado. Este “exímio vaqueiro” e “ativo comboieiro”, foi descrito por alguns como “dono de imóvel e semoventes”, que tinha “propriedade e moradia”. Brilhante estudara nas escolas de Porta Alegre e do Martins, o que mostra que tinha certo grau de instrução¹, e possuía renda suficiente para manter mulher e filhos². Afinal de contas, era até mesmo senhor de escravos³.

Antônio Silvino, de uma “respeitável família de fazendeiros” (que chegara a possuir uma dúzia de escravos)⁴, do tronco dos Feitosas, dos Moraes e dos Brilhantes, tinha vínculos estreitos com os Cavalcanti Ayres, da Serra do Teixeira, na Paraíba, era amigo íntimo de vários chefes políticos, senhores de engenho e “coronéis”, convivia com autoridades judiciais e até mesmo chegava a jogar bilhar com promotores públicos.

E Sinhô Pereira, de origem “nobre”, era neto do barão Andreilino Pereira do Pajeú⁵. A família de Sebastião Pereira da Silva havia se mudado na metade do século XIX do Cariri cearense (onde possuía latifúndios) para o sertão pernambucano. Sinhô Pereira tinha como antepassados vários membros da Guarda Nacional, homens que haviam ostentado importantes títulos de nobreza do Império⁶.

Todos esses líderes cangaceiros, portanto, vinham de famílias tradicionais e de relativas posses, respeitadas em suas regiões. Até mesmo a família de Lampião, ainda que certamente mais modesta, também apresentava um nível social mais alto que o da maioria dos sertanejos. De acordo com Billy Jaynes Chandler, ele pertencia à classe dos proprietários de terra, ou seja, estava numa posição intermediária entre

a elite e os trabalhadores despossuídos⁷: seu pai era dono de uma pequena fazenda, tinha uma plantação, uma tropa de muares, gado bovino, cabras e carneiros. Em seu sítio também eram produzidos artigos de couro⁸.

E há muitos outros casos. Frederico Pernambucano de Mello nos conta que Sabino Gomes de Góis, um *brigand* associado ao bando de Virgulino Ferreira, ainda que filho bastardo do “coronel” Marçal Florentino Diniz com sua cozinheira negra, também teve uma trajetória mais “confortável” que a de muitos paisanos sertanejos. Tangedor de boiadas quando jovem, já homem feito viria a ser nomeado comissário de Abóbora. Ao ter problemas com outros moradores da localidade, acabou se mudando para o município de Princesa, recebendo todo o apoio de seu meio-irmão, Marculino (filho legítimo daquele caudilho), casado com a filha de outro “coronel”, José Pereira Lima, importante personalidade da região. Marculino, ele próprio influente no sertão paraibano, conseguiu um emprego para Sabino nas obras de um açude, na época sendo construído por uma empresa estrangeira⁹. Sabino foi guarda-costas de seu irmão, e aproximou-se de figuras destacadas e dos estratos sociais mais elevados de Cajazeiras, como o professor Luís de Góis (mais tarde ocupante da cadeira de Anatomia na Faculdade de Medicina de Recife), os doutores José de Borba e Mozart Solon e de Severino Lucena, chefe de polícia do Estado. Esse grupo de “amigos” poderosos podem ter lhe inspirado confiança e lhe aguçado o sentido de impunidade, já que devia achar que tinha as “costas quentes”, o que lhe permitiria cometer seus crimes sem temor de ser reprimido.

E o que dizer de Horácio Cavalcante de Albuquerque, conhecido como Horácio Novais, dono de terras e filho de uma das mais tradicionais famílias do município de Floresta, no sertão de Pernambuco? Não seria ele também um exemplo deste mesmo fenômeno?

Outros bandoleiros que se enquadravam, de certa forma, nessa categoria, eram o pernambucano José do Vale, filho de uma “rica senhora de engenho” (este da primeira metade do século XIX); Chico Pereira, “filho de um fazendeiro importante e homem de negócios”, em uma comarca do povoado de Sousa¹⁰; Corisco, possivelmente neto de um grande fazendeiro de Alagoas¹¹; e Mariano Laurindo Granja, de Afogados de Ingazeira, Pernambuco, também pertencente a uma família importante. O cangaceiro José do Nascimento, vulgo Cajazeiras, do grupo de Virgulino Ferreira e, mais tarde, do de Zé Sereno, por seu lado, era filho do “coronel” Julião do Nascimento, proprietário de diversas fazendas. Ao que tudo indica, ainda que não fosse “milionário”, Cajazeiras tinha dinheiro suficiente para levar uma vida segura e confortável do ponto de vista econômico¹².

Para completar esse painel, que poderia se estender ainda mais, podemos mencionar Ulisses Liberato, nascido na fazenda Estrela, no município de Pombal, Paraíba. Seu pai, Francisco de Alencar Liberato, um fazendeiro local, conseguiu oferecer aos filhos uma educação muito além do padrão. Ulisses cresceu em São

Paulo, onde morou durante vários anos, e não só lia e escrevia em português, mas também falava relativamente bem inglês e francês¹³! Nos anos que vão de 1918 a 1922, ele foi um dos cangaceiros mais importantes que atuaram nas divisas dos sertões da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Como de costume, recebia a proteção de um grande amigo, José Inácio de Souza, coiteiro e figura de prestígio no sertão cearense daquela época.

Assim, o que se pode dizer é que, em geral, muitos desses bandoleiros se identificavam com um grupo de famílias de prestígio ou até mesmo com outros coronéis locais, e não *necessariamente* com os “pobres”. Como diria um estudioso do banditismo no sertão, “todos os mais célebres entre os grandes cangaceiros pertenciam a famílias importantes no ambiente político em que viviam”¹⁴.

Não apenas esses chefes de quadrilhas tinham uma origem social mais alta que a maioria dos sertanejos, mas também preferiam se relacionar com as elites locais, com quem se sentiam mais à vontade e com quem poderiam se associar nos negócios.

É conhecido o caso do encontro, em dezembro de 1928, de Lampião com o “coronel” João Gonçalves de Sá, importante chefe político de Jeremoabo, Bahia, naquela época exercitando seu mandato de deputado estadual. Depois de uma longa e proveitosa conversa, ocorreu uma aliança entre os dois, ou seja, uma típica “troca de favores”. O “coronel” se transformaria num dos protetores de maior confiança do bandoleiro, enquanto Lampião respeitaria *sempre* suas vinte fazendas e ainda intercederia em favor do líder político em compras de propriedades que este cobiçasse¹⁵.

Ou então a amizade – que iria durar pouco – entre Virgulino e o “coronel” Petronilo de Alcântara Reis, caudilho de Santo Antônio da Glória, no mesmo estado, com quem comprou, também em 1928, algumas fazendas em regime de sociedade. Petro, como era conhecido, adquiriu várias terras na Várzea da Ema para ambos. Amigo do interventor da Bahia, Juracy Magalhães, bem relacionado com políticos influentes na capital e sócio cativo do clube Tabaris, em Salvador (onde se divertia com dinheiro público), Petronilo era o fazendeiro mais rico no nordeste de seu estado, onde possuía 33 fazendas, distribuídas nos municípios de Glória, Macururé, Chorrochó, Curaçá, Cumbe e Jeremoabo¹⁶. Mesmo tendo completado apenas o curso primário, gostava de fazer citações em latim e tinha certa cultura geral. Em suas fazendas, oferecia sempre uma mesa farta a seus numerosos hóspedes e convidados. Era muito influente em sua região.

Lampião também era íntimo do governador de Sergipe, Eronildes de Carvalho, quem lhe dava todas as condições de viver em paz, sem ser incomodado pela polícia daquele estado da federação. A família sergipana dos Carvalhos, por assim dizer, era composta de latifundiários abastados, comerciantes e políticos importantes.